

POLÍTICA EXTERNA E A SEMIPERIFERIA: DISCURSOS E PRÁTICAS

RESUMO

O cenário internacional da primeira década do século XXI se caracterizou pela ascensão de uma conjuntura multipolar das relações internacionais, marcada pela tentativa de maior inserção dos países que fazem parte da chamada semiperiferia nos espaços tradicionalmente dominados pelo centro. O Brasil é um dos atores semiperiféricos mais influentes na economia-mundo moderna. O foco num protagonismo internacional maior e na construção de uma imagem independente e soberana do país poderia ser entendido como uma estratégia de promoção de uma semiperiferia que possui aspirações centrais, e busca maior participação na discussão de temas relevantes para a governança global. Este estudo procura analisar o discurso da política externa brasileira do governo Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), relacionar a postura do Brasil no cenário internacional com a sua situação semiperiférica e fazer uma reflexão sobre até que ponto a retórica diplomática dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi compatível com as práticas adotadas pelo Brasil no âmbito internacional. Os resultados mostram que discurso e prática, nas situações onde convergiram e divergiram, o Brasil se comportou como uma clássica semiperiferia.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Análise dos sistemas-mundo. Brasil semiperiferia.

ABSTRACT

The international scenario of the first decade of the 21th century was characterized by, a multipolar situation of international relations rising, marked by the attempt to greater integration of countries belonging to the so-called semi-periphery in areas traditionally dominated by the center. Brazil is one of the most influential semi-peripheral actors in the modern world-economy. The focus of the country on a greater international role and on building an independent and sovereign image can be seen as a strategy to promote a semi-periphery that has central aspirations and seeks greater participation in the discussion of relevant issues for global governance. This study seeks to analyze the discourse of Brazi-

lian foreign policy of the Lula administration (2003-2010) and Dilma administration (2011-2014), relate Brazil's posture in the international arena with its semi-peripheral situation, and reflect on the extent to which diplomatic rhetoric of the Worker's Party governments was consistent with the practices adopted by Brazil internationally. The results show that both in situations where discourse and practice converged, as in that diverged, Brazil behaves like a classic semi-periphery.

Keywords: Brazilian foreign policy. World-systems analysis. Brazil semiperiphery.

INTRODUÇÃO

A conjuntura do sistema internacional da primeira década do século XXI se caracterizou por um descongelamento do poder das potências centrais, em especial os Estados Unidos (EUA), que se dá de forma lenta, mas decisiva. Nesse contexto, houve a ascensão de um cenário multipolar das relações internacionais, marcado pela tentativa de inserção protagonista de países que fazem parte da chamada semiperiferia, a exemplo do Brasil, nos espaços tradicionalmente dominados pelo centro. Nesse sentido, esses países souberam tirar proveito do espaço e das oportunidades do sistema para adotarem posturas mais proativas e autônomas no plano internacional, diligenciando maior participação nos espaços de tomada de decisão e de deliberação de agenda, e se destacando como defensores de relações internacionais mais democráticas e menos exclusivas.

O Brasil, como um dos países que mais se destaca na disputa por novos espaços políticos e econômicos nesta conjuntura multipolar em formação, é um dos atores semiperiféricos mais influentes na economia-mundo moderna. Foi durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) que a decisão de mudar os rumos da política externa e adotar uma atitude ativa e altiva¹ marcou o início de uma nova era das relações internacionais brasileiras, onde os temas relacionados à agenda internacional conquistaram um espaço inédito. O foco na maior inserção internacional e na construção efetiva de uma imagem independente e soberana do país dado pela gestão pode ser entendido como uma estratégia de

¹ Expressão usada pela primeira vez por Celso Amorim, ao ser confirmado como a indicação de Lula para o cargo de ministro das Relações Exteriores, e que se tornou um emblema usado para descrever a política externa do período.

promoção de uma semiperiferia, que possuiria aspirações centrais e buscaria maior participação na discussão de temas relevantes para a governança global.

Esta análise busca traçar uma relação direta entre o lugar que o Brasil ocupa no sistema-mundo contemporâneo e as aspirações da sua política externa, com foco na administração de Lula (2003-2010), mas também analisando algumas posições do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Durante o século XX, o país se solidificou como um membro da categoria semiperiférica da economia-mundo capitalista moderna e, ao longo da sua história recente, comportou-se como um clássico representante desse grupo de países em situação intermediária na ordem internacional.

O presente estudo trata de analisar o discurso da política externa de 2003 a 2014, relacionando-o com a postura escolhida pelo Brasil para se impor no cenário internacional com sua situação semiperiférica, além de fazer uma reflexão sobre até que ponto a retórica oficial perfilhada pela diplomacia foi compatível com as práticas e as posições adotadas durante esse período da política externa brasileira.

Na primeira parte desta análise, será feita uma revisão da análise dos sistemas-mundo à luz do seu principal autor, o norte-americano Immanuel Wallerstein (2011), com o objetivo de entender melhor a condição atual do Brasil no sistema internacional e sua missão como representante da semiperiferia na economia-mundo moderna. Em seguida, será exposto como a política externa de 2003 a 2014 se tornou um marco das relações internacionais brasileiras, e quais foram os motes principais da diplomacia da administração de Lula, relacionando-os com algumas das posições do país que foram convergentes com tal discurso. Por fim, a última parte deste estudo tem por objetivo resgatar ações adotadas pela política externa brasileira na sua história recente, que não foram convergentes com o discurso da diplomacia no período definido, e fazer considerações sobre a retórica utilizada pelo Brasil com as práticas do país. Isto é, analisar e ponderar até que ponto o discurso brasileiro foi divergente das ações tomadas pela diplomacia, e se tais ações são previstas para um país em posição semiperiférica.

O LUGAR DO BRASIL NA ECONOMIA-MUNDO MODERNA

Questões relacionadas à economia política internacional ganham cada vez mais destaque no âmbito acadêmico das relações internacionais, especialmente os debates sobre a distribuição de poder pelo globo. As teorias que dialogam com essa temática trazem para o ambiente de discussão acadêmico não

apenas temas mais universais, como o funcionamento da estrutura capitalista do sistema como um todo, mas também questões mais específicas, como a análise das possíveis classificações para as regiões do mundo de acordo com a acumulação de capital e o desenvolvimento das atividades de produção, a forma como se dão as relações entre os Estados desenvolvidos e os que ainda estão em desenvolvimento, e o espaço de representação dos países emergentes dentro do modo de organização internacional.

O marco introduzido por Immanuel Wallerstein (2011) tem como ponto de partida o estudo do modo de produção capitalista e das especificidades da sua reprodução no que o autor chama de zonas periféricas. A análise dos sistemas-mundo observa a relação entre centro e periferia, entendendo que realidades distintas existem dentro da economia-mundo moderna, e que todas essas realidades são resultados do aspecto decisivo e central que a acumulação de capital alcançou na economia mundial. Wallerstein (2011) defende que o avanço do capital é um traço essencial da economia-mundo contemporânea, e que, conseqüentemente, as instituições desse sistema são constituídas de forma que venham a legitimar e fortificar a ideologia máxima do capitalismo de recompensar a acumulação de capital.

Wallerstein (2011) pontua que uma economia-mundo é um tipo de sistema-mundo onde as regiões do globo estão integradas pelo mercado, e esta integração causa uma interdependência entre elas. Sua característica fundamental é a existência, no seu interior, de uma divisão ocupacional e geográfica do trabalho. A questão geográfica implica que as funções econômicas não são distribuídas de forma regular entre as regiões da economia-mundo moderna. O que na verdade se observa é que acontece exatamente o inverso, ou seja, as assimetrias na distribuição são tão evidentes que é possível notar intensas disparidades entre essas regiões. A divisão do trabalho expõe uma estrutura hierárquica de tarefas, segundo Mariutti (2012), e as atividades de produção demandam níveis distintos de qualificação.

Arrighi e Drangel (1986) defenderam a ideia de que quando o peso das atividades periféricas dentro do âmbito de competência de um determinado estado for maior, menor será o benefício da divisão internacional do trabalho recebido por esse Estado. Ao passo que, inversamente, quando o peso de atividades centrais for maior, também será maior a participação deste Estado no apanhado de rendimentos advindos da organização social do trabalho. De onde se conclui que atividades centrais são melhores remuneradas do que as periféricas, e que as oportunidades de produção dos países são desproporcionais.

Wallerstein (2011) entende que tais oportunidades desproporcionais são importantes para que se possa fazer uma análise pontual da estrutura do sistema internacional contemporâneo. As interações entre as regiões estão baseadas em uma relação de domínio e exploração que se baseia na dependência e na subordinação das zonas periféricas do globo em relação aos países que fazem parte do centro, tendo como consequência o aumento do hiato entre os dois polos do sistema.

Defendendo a máxima de que a organização da economia-mundo é hierárquica, Wallerstein (2011) delineou que as divisões das regiões do sistema devem ser entre centro, áreas periféricas e semiperiferias. Cada uma dessas categorias assumem papéis econômicos específicos dentro da organização da economia-mundo capitalista moderna, e é possível inferir que cada uma se beneficia de forma desigual do sistema.

Os países que representam o centro disputam entre si o poder de explorar as áreas periféricas, e, por isso, são os que mais se beneficiam da economia-mundo capitalista. Seu objetivo principal não é apenas apoiar, mas incentivar as desigualdades presentes no sistema-mundo atual, justificando ideologicamente a sua manutenção.

As áreas periféricas, que assim são chamadas porque uma de suas características fundamentais é que o Estado é fraco, estão no outro polo do sistema. Assumem graus de dependência em relação ao centro que vão desde a completa subordinação até a baixa autonomia. Santos (1998) falou sobre a dependência da periferia, reforçando que ela tem origem no fato de que o imperialismo central “bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas das nações colonizadas, depreciam seu poder de crescimento econômico, de desenvolvimento educacional, de saúde, etc” (SANTOS, 1998, p. 28), o que dá força à concepção de que o centro deseja não apenas a manutenção da dependência periférica, como justificar a sua exploração.

Finalmente, a categoria essencial para este estudo, que é a semiperiferia. Wallerstein (2011) entende-as como áreas intermediárias, zonas entre o núcleo e a periferia que interagem com cada extremo do eixo de modo bastante específico. Os países representantes da categoria semiperiférica apresentam uma série de características clássicas, típicas da sua posição no sistema.

A primeira é uma habilidade para mediar tensões entre os polos da economia-mundo e, portanto, ajudar na manutenção da estabilidade e na organização do sistema vigente. A segunda é a sua condição híbrida, que a permite atuar como periferia em relação ao centro, e como centro para a periferia. A terceira

e igualmente importante, é o fato de que as semiperiferias, segundo Wallerstein (2011), são os Estados em transição.

Wallerstein (2011) reconhece a importância única dos países que compõem a categoria semiperiférica, afirmando que estes são “elementos estruturais necessários numa economia-mundo” porque contribuem para a diminuição de tensões entre os dois polos do sistema e ajudam na preservação da economia-mundo. (WALLERSTEIN, 2011) Esse aspecto fundamental se relaciona diretamente com a habilidade da semiperiferia de atuar como centro e também como periferia em relação às diferentes áreas do sistema, e os dois se completam quando se introduz a questão do estado de transição dos países intermediários. Wallerstein (2011) defende que a semiperiferia não é uma posição fixa para os que fazem parte da categoria, mas sim uma situação transitória no meio da ascendência e da descendência dos países dentro da hierarquia do sistema.

Aprofundando o conceito de Estados em transição, a ideia é de que a ordem internacional atual apresenta semiperiferias que já ocuparam posições consideradas periféricas e conseguiram ser promovidas dentro do sistema, da mesma forma que também conta com os Estados que um dia já pertenceram ao centro, mas hoje fazem parte da categoria semiperiférica. Portanto, tanto a promoção quanto a decadência são realidades possíveis no cenário defendido pelo autor, e são essas realidades e suas prerrogativas ou desvantagens que desencadeiam e guiam as posições da semiperiferia no plano internacional.

Nesse sentido, é possível notar um duplo esforço dos países que se encontram na situação intermediária. Por um lado, empenham-se para se manter na condição de semiperiferia e não serem marginalizados para a zona periférica; mas, por outro lado, ser promovido para o centro é um objetivo inseparável da sua posição de semiperiferia. (MORALES RUVALCABA, 2013)

O foco na expectativa de promoção traz para a superfície, mais uma vez, uma das características dos representantes semiperiféricos apontadas anteriormente: a sua capacidade de atuar como área periférica em relação aos Estados do centro, e como central para as zonas da periferia. A possibilidade de se juntar ao núcleo muitas vezes seduz a semiperiferia a tal ponto que, ao intentar uma transição para o lado central, essas áreas reafirmam a exploração das áreas periféricas. (TERLOUW, 2003)

Mariutti (2004) reforça essa questão ao afirmar que as semiperiferias “comportam-se, portanto como capitalistas individuais, lutando para [...] incrementar seu poder de atuação no cenário internacional”. (MARIUTTI, 2004, p. 100) Desse modo, é possível concluir que os Estados do centro se esforçam para continuar fazendo parte do privilegiado núcleo, as áreas periféricas com-

petem para escapar da periferia, e a semiperiferia trabalha duplamente, para se promover e para evitar ser marginalizada.

O conceito de semiperiferia desenvolvido por Wallerstein (2011) também reúne críticas no meio acadêmico, mesmo por aqueles que valorizam a análise do autor e a importância da inserção da concepção de uma categoria intermediária na tradicional dicotomia centro-periferia. A questão colocada em debate é que existem realidades específicas dentro da semiperiferia. Mesmo diante das dificuldades para a categorização, ao fazer um estudo de caso, o próprio Wallerstein (2003) classificou o Brasil como semiperiferia.

De fato, o Brasil ressaltou que exerce seu papel híbrido e intermediário com propriedade, apresentando-se como um amortecedor de tensões entre a periferia e o centro ao longo da história, e recentemente fomentando sua inserção internacional e ampliando sua participação ativa em fóruns de tomada de decisão. A seguir, as aspirações centrais do Brasil e o discurso oficial que a diplomacia do país adotou a partir do primeiro mandato de Lula da Silva, que teve início em 2003, serão analisados.

POLÍTICA EXTERNA ATIVA E ALTIVA CONVERGENTE

O ponto de partida para uma análise reflexiva dos discursos reverberados pela diplomacia brasileira a partir do governo Lula foi situar o lugar do Brasil na economia-mundo capitalista moderna, e, dessa forma, entender seus objetivos e aspirações internacionais a partir da perspectiva semiperiférica. O próximo passo é seguir para a explanação das posturas adotadas pela política externa brasileira a datar do período assinalado, buscando compreender melhor os esforços do país para se inserir plenamente na governança global e, finalmente, nos espaços que são simbolicamente ocupados pelos representantes do centro na ordem internacional. O objetivo final é examinar se houve uma convergência da retórica brasileira e de suas ações no plano internacional ou se as mesmas não concordaram entre si.

A expressão *política externa ativa e altiva* foi usada pela primeira vez por Celso Amorim (2014), ao ser confirmado como o indicado de Lula da Silva para o cargo de ministro das Relações Exteriores do seu governo. O novo ministro queria “[...] definir em algumas poucas palavras, qual seria a diferença em relação a governos anteriores [...]”. (AMORIM, 2014, p. 32) A política externa dos dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010) procurou definir a inserção internacional do Brasil numa conjuntura internacional pautada por crises econômicas,

novas ameaças transnacionais e mudanças geopolíticas relevantes, como o congelamento de poder dos EUA e a ascensão das semiperiferias.

No governo seguinte ao de Lula, o de Dilma Rousseff, a política externa não manteve seu ritmo enérgico, devido a menos ativismo e mais limitações externas, mas ainda assim abraçou os princípios centrais da política externa anterior. (LACERDA; NÓBREGA, 2015) Os estilos são bastante diferentes, cada governo deu ênfase em assuntos variados, mas os pilares da Política Externa Brasileira (PEB) ativa e altiva ainda são perceptíveis.

Portanto, seguindo o próprio discurso daquele que foi o ministro das Relações Exteriores durante o governo que deu início às mudanças na política externa brasileira, as prioridades, a partir de 2003, foram, em primeiro lugar, fazer com que o Brasil fosse mais atuante nos ambientes de debate e definição de agenda, ou em qualquer outro fórum que empoderasse o país no plano internacional, assim como atuar de forma mais assertiva sobre os problemas que afetassem a governança global. Em segundo lugar, agir com mais autonomia no que diz respeito às relações internacionais, sem ceder aos interesses das potências centrais e tendo como norte aspirações mais protagonistas para o país. As duas posições estão diretamente ligadas, complementam-se e, acima de tudo, fomentam a ideia de promoção do Brasil na economia-mundo moderna.

É também necessário salientar que, na época, o contexto internacional favoreceu a ascendência das semiperiferias. Isto se deu porque houve espaço para uma atuação mais intensa desses países, assim como oportunidades que o Brasil e alguns outros Estados souberam aproveitar, para que assumissem papéis nivelados por um protagonismo maior, papéis esses que consolidaram alguns dos representantes semiperiféricos como atores bem-sucedidos nas suas tentativas de aumento de inserção na governança da arquitetura internacional do período.

O Brasil se encarregou, portanto, de defender uma ordem internacional que fosse baseada na justiça e na cooperação, fazendo desse discurso uma das mais emblemáticas bandeiras da sua política externa durante o governo Lula. Foi assim que o país se fortaleceu como um dos mais atuantes na defesa de relações internacionais mais democráticas na conjuntura da primeira década do século XXI.

A partir da ideia de democratização das relações internacionais, o conceito fundamental de política externa ativa e altiva surge novamente, já que, segundo seus empreendedores, foi a partir desse período que o país se colocou como ator disposto a fazer mais do que reagir às agendas dadas pelas potências. O objetivo central era passar a contribuir de forma efetiva para a formulação de

tais agendas, reunir influência, e, mais do que isso, democratizar os ambientes de tomada de decisão. Em discurso no National Press Club, em Washington, o então presidente eleito, Lula, em dezembro de 2002, afirmou que a política externa do seu governo procuraria não se acomodar ou ter uma postura passiva às mudanças do sistema internacional, mas sim se “antecipar criativamente a elas, sempre de acordo com os interesses legítimos do Brasil”. (SILVA et al. 2003, p. 14)

O Brasil, assim como outros países semiperiféricos, atuou de forma enérgica para que as questões acerca da representatividade da semiperiferia tomassem os fóruns de debate no plano internacional. Para difundir a discussão, o país entendeu que era preciso tomar posições firmes em alguns aspectos: primeiro, ampliar as agendas política e social, sem descuidar da econômica; segundo, priorizar as relações com o Sul de tal forma que inspirasse uma solidariedade entre os países da semiperiferia e da periferia, para que se unissem nesse sentido. Na América do Sul, mais especificadamente, tentou-se criar uma concepção de identidade entre os países, para que a região se inserisse como um potencial polo de poder na arquitetura multipolar em formação.

O Brasil firmou vínculos estáveis e encontrou terreno relativamente favorável para instituir acordos com os países representantes da periferia. O uso da cooperação foi além dos benefícios óbvios de estreitar laços com as zonas periféricas, o país trabalhou com um posicionamento que defendeu a ideia de troca de experiências e conhecimentos. Esse tipo de retórica tem como consequência o reforço da ideia de que a solidariedade entre os povos seria benéfica tanto para os países considerados parceiros como para o Brasil.

Dessa forma, não se emprega as palavras “doador” e “receptor” nesse contexto, e “ajuda” foi substituída por “cooperação”. Esses conceitos da abordagem brasileira, durante o governo Lula, buscavam associar este tipo de ação cooperativa a uma ideia de intercâmbio de auxílios, e não de um “favor” que o Brasil faria para outro país. A intenção era estabelecer, pelo menos no nível discursivo, uma relação mais horizontal, menos hierárquica e, tecnicamente, mais simétrica. (DUARTE, 2013)

Celso Amorim, em discurso, defendeu a retórica adotada pela política externa brasileira ativa e altiva. O então ministro afirmou que a diplomacia da época “investiu pesadamente numa nova concepção de integração regional que, sem descuidar dos aspectos econômicos e comerciais, soube incorporar as dimensões políticas, sociais, culturais e, sobretudo, um agudo sentido de solidariedade, movido pela consciência de que é fundamental dar tratamento adequado às assimetrias”. (BRASIL, 2010)

Com as principais bandeiras da política externa brasileira do governo Lula (2003-2010), devidamente expostas, surge o momento de debater as principais posições que foram tomadas desde então e que convergiram com as ideias defendidas oficialmente pela diplomacia. Existem exemplos de ativismo intenso durante a gestão, porém, não cabe a este estudo uma abordagem mais aprofundada de cada um. Como já foi observado, o objetivo é fazer uma reflexão sobre as similaridades e divergências do discurso e da prática da PEB ativa e altiva. Por fim, relacionar as características típicas dos representantes da semi-periferia com o comportamento do Brasil no plano exterior. Dito isso, é preciso separar as posições brasileiras que ganharam destaque no cenário internacional em diferentes âmbitos.

No âmbito econômico, a criação do G20 no fórum da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi um dos maiores exemplos de como o eixo de influência das semiperiferias, e claro, do Brasil, está se expandindo. Celso Amorim (2014) coloca que o G20 mudou toda a dinâmica de negociações da organização. Patriota (2014), conclui: “Hoje não se negocia nada na OMC sem que um grupo de novos atores, em particular Brasil, Índia e o mundo em desenvolvimento [...] seja ouvido e levado em consideração”. (PATRIOTA, 2014, p. 20)

O debate sobre a questão da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi, segundo Celso Amorim (2014), também muito importante para o Brasil, especialmente porque mexia com os interesses estadunidenses na região. A posição firme do país em relação às condicionalidades impostas pelos norte-americanos sobre propriedade intelectual e subsídios agrícolas numa negociação que estava “voltada contra os interesses” do Brasil – e dos outros países periféricos e semiperiféricos da região – foi uma prova da altivez brasileira, por ter batido de frente com os interesses da potência hegemônica.

“Mas à medida que fomos desentortando, o acordo deixou de ser interessante para uma grande parte dos Estados Unidos e, em um processo que durou um ano e meio ou dois, acabou sendo abandonado”. (AMORIM, 2014, p. 41) A altivez brasileira, portanto, mudou a agenda da América do Sul ao reunir apoiadores, e colaborou para que um pacto nocivo aos interesses do Sul não fosse estabelecido.

Politicamente, o Brasil também se impôs. A reação brasileira à invasão do Iraque foi um marco. O país não era um interessado no assunto de forma direta, muito menos se encontrava sob pressão para tomar uma posição a respeito. Inclusive, a maioria dos países que estavam nessa situação, preferiu não se posicionar sobre o assunto, com receio da reação dos EUA. O então presidente Lula decidiu participar da questão, colocando-se contra a ação estadunidense.

Essa posição marcou muito o perfil brasileiro e foi por causa dela que o país foi chamado para participar de conferências sobre a reconstrução do Iraque. Tudo isso sem que um atrito na relação bilateral com os EUA fosse produzido. (AMORIM, 2014)

Em 2010, o Brasil firmou a Declaração de Teerã, um dos maiores exemplos da recente história da política externa brasileira de tentativa semiperiférica de tornar menos tensa uma questão entre a periferia e os países centrais. O documento concebido para ser uma solução pacífica para o problema das sanções que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) impôs contra o enriquecimento de urânio por parte do Irã, que foi assinado por Brasil, Turquia e, claro, o Irã, evidencia que a diplomacia brasileira e a turca teriam faculdade para firmar um acordo nos moldes que os países do CSNU tentavam estabelecer, e ainda não havia conseguido.

Nos foros multilaterais, como o Brics² e Ibas,³ o Brasil buscou reforçar a sua intenção em tomar parte no multilateralismo de forma mais ativa e institucionalizada politicamente. Por sempre ter sido um dos maiores nomes do *Soft power* na América Latina, a solidificação de alianças e acordos com países que fazem parte das outras categorias da economia-mundo nunca foi um problema para o país. Pelo contrário, sua abordagem historicamente diplomática sempre atraiu muitos parceiros, reforçando laços tradicionais e instituindo novos. O destaque para grupos como o Brics e o Ibas, no entanto, é exatamente a relação com aqueles que também se encontram na situação de semiperiferia.

Logo, o Brasil mantém relações com países que pertencem a todas as categorias da economia-mundo capitalista. A aptidão do país para a diplomacia construiu sua imagem de conciliador. Por isso, é natural entender o interesse do Brasil pela reforma institucional da Organização das Nações Unidas (ONU) e, mais especialmente, do seu Conselho de Segurança. Formado por cinco membros permanentes (EUA, China, França, Reino Unido e Rússia) e dez não permanentes, que são eleitos pela Assembleia Geral por dois anos, o anacronismo do Conselho é seu problema mais criticado. O Brasil, historicamente, pleiteia uma cadeira permanente no órgão, mas com o início da política externa ativa e altiva, e seu desejo de ampliar a participação em espaços ocupados pelo centro, foi

² Brics: acrônimo que se referiu, inicialmente, a Brasil, Rússia, Índia e China e passou a incluir a África do Sul em 2011, além de atuar na coordenação em reuniões e organismos internacionais; e na construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

³ IBAS: Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, criado em 2003, que atua em coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS. (ITAMARATYBRASIL, 2017)

fortalecido pela defesa da inserção soberana do Brasil na ordem internacional, e a questão fora amplamente discutida durante a gestão de Lula.

O Brasil usou, mais uma vez, do discurso da democratização das relações internacionais para fazer campanha. Ele não apenas se posicionou a favor da reforma geral da instituição internacional, como também defendeu sua própria candidatura a uma cadeira permanente no Conselho. Pois, o mesmo entende que um membro permanente latino-americano traria perspectivas alternativas e diferentes pontos de vista para o âmago do Conselho.

Dentro da América Latina, o Brasil também implantou inovações, com foco principalmente na agenda sul-americana. De acordo com Lima (2014), a partir de 2003, os sentidos político e social da integração regional ganharam espaço, sem que o aspecto econômico fosse descuidado. A autora afirma que a política externa, ao conferir um sentido político claro às relações regionais, foi uma das inovações do período, num claro esforço do país para tentar dar mais peso político à América do Sul.

Lima (2014) também aponta que aconteceu um histórico reconhecimento das assimetrias da região por parte do Brasil, na forma da criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Este foi criado em 2004, com o objetivo de “[...] aprofundar o processo de integração regional no Cone Sul, por meio da redução das assimetrias, do incentivo à competitividade e do estímulo à coesão social entre os países-membros do bloco” (BRASIL, 2015), e foi a maior demonstração de que o país reconheceu “a desigualdade do peso econômico entre os vários países sul-americanos”. (LIMA, 2014, p. 83) Segundo a autora, o Brasil aportava 70% dos recursos do Focem e recebia 10% em programas.

Portanto, nesse sentido, houve uma convergência entre discurso e prática, onde o Brasil, que sempre pregou o tratamento especial para os países em desenvolvimento por parte do centro, finalmente mostrou vontade política de agir a favor e não apenas discursar sobre as assimetrias encontradas dentro da sua própria região, o que foi um acontecimento extremamente relevante, especialmente se analisado da perspectiva de muitos dos vizinhos periféricos, que historicamente denunciam a expansão de um imperialismo brasileiro na América do Sul. Essa posição atrai os vizinhos mais “desconfiados” e dá espaço para que as mudanças feitas pelo regionalismo pós-liberal em relação à integração sejam vistas como duradouras.

Para além da economia e da política, é importante citar o avanço do Brasil em direção a um protagonismo social, o que começou durante o governo de Lula, mas que durante a gestão de Dilma Rousseff também teve vitórias importantes. Lula sempre foi um advogado da luta contra a fome no Brasil e no mun-

do, fez dessa bandeira um dos carros-chefes do seu governo e colheu os frutos da abordagem brasileira para a segurança alimentar.

Fraundorfer (2013, p. 97-98) fala sobre como a ActionAid reconheceu que o “[...] Programa Fome Zero de Lula, foi a mais bem-sucedida estratégia no mundo em desenvolvimento” para combater a fome a pobreza. O programa também foi reconhecido por organismos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial Alimentar (PMA) como um modelo a ser seguido. Segundo o autor, o Fome Zero se tornou uma referência, o que levou outras campanhas, como a Grow da Oxfam em 2011, a se inspirarem no programa.

No governo de Dilma Rousseff, o Brasil conseguiu uma importante vitória no âmbito social: saiu do Mapa da Fome da FAO.⁴ O país foi reconhecido por ter diminuído de forma expressiva a desnutrição e a subalimentação e aumentado a renda dos mais pobres, valorizando o salário mínimo. De fato, sair do Mapa da Fome foi um acontecimento histórico, principalmente porque poucos países conseguiram tal feito.

Portanto, os esforços brasileiros para superar ideias que eram bastante difundidas antes – de que o Brasil não deveria almejar um papel protagonista no cenário internacional porque não tinha excedente de poder, e, portanto, caberia ao país não ser muito assertivo – foram claros. A nova postura da diplomacia brasileira ganhou admiradores, por reconhecer um Brasil com mais possibilidades internacionais, assim como críticos. Para os críticos, o governo do PT deixou que o âmago da política externa brasileira fosse dominado por características específicas da ideologia partidária. Acusações de antiamericanismo, de exagerado foco nas relações com o Sul e de desprezo pelas relações com os países centrais foram feitas.

Segundo Antônio Patriota, a política externa da administração, anterior a de Lula, era “[...] mais reativa, menos criativa, menos transformadora da realidade internacional [...]”. (PATRIOTA, 2014, p. 20) Antes, segundo o ministro de Relações Exteriores do governo de Dilma Rousseff de 2011 a 2013, a política externa privilegiava assuntos de foro econômico, entendia que o Brasil não tinha excedente de poder para se envolver muito em outras áreas. A ruptura que é a característica mais inovadora da política ativa e ativa, segundo Patriota, foi “[...] o acionamento, em sua plenitude, do que se pode chamar de agenda política,

⁴ “O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014 [...] revela que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. O Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO [...] para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu nível abaixo de 5%, o limite estatístico da medida, abaixo do qual se considera que um país superou o problema da fome”. (KLEPPE, 2014)

sem descuidar dos temas econômicos, comerciais e financeiros”. (PATRIOTA, 2014, p. 21) Uma outra questão é que a gestão anterior, de fato, preferia um alinhamento mais ao centro do que a periferia.

Certamente, a partir de 2003, aspectos distintos da política externa mudaram. No entanto, o melhor seria falar também em uma continuidade. Continuidade no sentido de que existem posições historicamente defendidas pela diplomacia brasileira, independente do *modus operandi* adotado pelo governo para a política externa. Bandeiras como a defesa do direito internacional, do respeito à soberania e da manutenção da paz são simbólicas e históricas para a diplomacia do Brasil, e, de fato, nunca foram abandonadas, a despeito das mudanças de postura e preferências empregadas pelos governos.

Finalmente, esta seção expôs que algumas das ações em prol da inserção do Brasil que tiveram início em 2003, com o primeiro mandato de Lula da Silva, foram bem-sucedidas. O discurso por uma política externa brasileira mais atuante e independente foi colocado em prática em diversas ocasiões, gerando exemplos do comportamento típico da semiperiferia – de procurar ocupar espaços mais centrais e influir de forma enérgica na governança global –, visando uma promoção para o topo da hierarquia da economia-mundo capitalista contemporânea.

No entanto, nem sempre o discurso e a prática foram convergentes na política externa ativa e altiva. Na próxima seção, serão exploradas as ações que se afastaram da retórica oficial da diplomacia brasileira.

POLÍTICA EXTERNA ATIVA E ALTIVA DIVERGENTE

A postura adotada pela política externa brasileira, durante o governo Lula, teve diversos momentos de harmonia entre discurso, prática e comportamento esperado por um país representante da semiperiferia. Na última década, o Brasil reforçou sua posição intermediária na economia-mundo moderna em inúmeras ocasiões, seja pela ambição de ser promovido para o centro ou pelo seu papel de mediador de tensões entre centro e periferia. A questão central é que nem sempre houve uma concordância entre essas três esferas. A política externa ativa e altiva divergente sucedeu quando o discurso do Brasil pregou algo que a prática não realizou. As discordâncias entre estas duas vertentes, entretanto, tem origem na terceira delas, que é o comportamento tipicamente previsto para uma semiperiferia.

O argumento fica bem claro quando se fala do discurso brasileiro a favor da solidariedade entre os países do Sul. A retórica defendendo uma reciprocidade

dade entre a periferia e a semiperiferia, o intercâmbio através da cooperação Sul-Sul e a ideia de uma colaboração coletiva e simultânea – que tem como propósito compartilhar experiências e conhecimentos com base numa relação não hierárquica, e sim horizontal –, foi bastante difundida pela diplomacia brasileira no período. O discurso era que o Brasil queria despertar um sentido de solidariedade entre os países que fazem parte do Sul global.

Na prática, é possível encontrar barreiras que põe à prova a “solidariedade” brasileira. Apesar do posicionamento oficial de defensor das relações horizontais com os demais países do Sul e do “[...] tratamento adequado às assimetrias” (BRASIL, 2010), o Brasil se revelou pouco eficaz na redução efetiva dessas desigualdades.

Mais do que isso, como é um forte representante da semiperiferia, não é difícil encontrar exemplos de como o país executou de forma clara o seu papel de centro em relação às zonas periféricas, isto é, o Brasil também buscou estabelecer um vínculo de dependência dessas áreas para com o país, encobrendo algumas dessas ações com o discurso da solidariedade.

Um exemplo claro disso é o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana), estabelecido em 2011 – já no governo de Dilma Rousseff –, em Moçambique, com o apoio da agência de cooperação brasileira e da japonesa. O discurso era que o programa traria soluções “[...] para a segurança alimentar mundial através do desenvolvimento da savana tropical da África”, mas a realidade que os pequenos agricultores moçambicanos encontraram foi outra. (CLASSEN, 2013, p. 9) A comunidade de produtores que viviam da agricultura familiar e os movimentos sociais de Moçambique alegaram uma violação da soberania do povo do país, denunciando o processo de negociação não democrático do programa e inúmeros outros problemas, especialmente relacionados à chegada de grandes empresas no território. Como encarar o ProSavana como um programa que é solidário ao povo moçambicano, se o modelo que privilegia o agronegócio que o Brasil estava tentando exportar esmaga o pequeno produtor que vive da agricultura familiar?⁵

Gray e Murphy (2013) discursaram sobre ações que partem de países da semiperiferia em direção às áreas periféricas e o discurso da cooperação Sul-Sul empregado por muitos dos países emergentes, afirmando que:

⁵ Para saber mais sobre as propostas e preocupações dos camponeses e produtores rurais de Moçambique em relação ao ProSavana, leia a “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana”. (Organizações e movimentos sociais moçambicanos, 2013)

O forte discurso de ‘cooperação Sul-Sul’ implantado por muitas das potências emergentes pode mais precisamente ser visto como retórica com a qual a negociar uma posição de negociação mais forte dentro da ordem mundial centrada nos EUA.⁶

Como já foi visto nesta análise, o papel híbrido da semiperiferia, que atua simultaneamente como periferia e centro, é uma das suas características mais essenciais. Morales Ruvalcaba (2013, p. 152, tradução nossa) explica a questão, pontuando que esse aspecto típico das zonas intermediárias funciona da seguinte forma: “[...] os Estados semiperiféricos executam políticas de autoafirmação para se conservar na semiperiferia e de defesa para conservar os mercados conquistados e evitarem ser marginalizados de volta à periferia”.

Ora, esse aspecto da semiperiferia é um problema para a articulação de alianças entre os países do Sul. Como se unir de forma eficiente e se articular de maneira adequada no plano internacional, quando a semiperiferia tem a intenção de expandir sua área de influência no globo, mas usa o rótulo de “solidariedade”? A consequência desse tipo de abordagem é exatamente o contrário do discurso brasileiro: acordos de cooperação feitos dessa maneira apenas reforçam assimetrias, não trabalham para combatê-las.

As razões para as semiperiferias operarem dessa forma têm sua origem no âmbito sistêmico. O discurso adotado por alguns dos países que fazem parte do grupo intermediário desperta debates acerca de uma possível aliança antissistema estar em formação no Sul. É verdade que a semiperiferia vocaliza constantemente as contradições e anacronismos das práticas usadas pelas potências centrais, assim como critica os problemas relacionados às assimetrias causadas pelo sistema capitalista. A questão é que os países semiperiféricos criticam as fronteiras não inclusivas da economia-mundo atual, mas demandam maior responsabilidade dentro desse sistema, não propõe uma frente revisionista.

Um indício desta adesão ao sistema da economia-mundo capitalista moderna é o fato de que cresce a participação dos países em desenvolvimento na criação de fluxos de investimento externo direto. Em 2009, os investimentos externos destes países chegaram a uma média de 229 bilhões de dólares ao ano, 20% do total mundial. (SENNES, 2013, p. 313-314)

Em outras palavras, as mudanças relativas de peso e participação nos fluxos econômicos internacionais estão sendo processadas, majoritariamente

⁶ “The strong discourse of ‘South–South cooperation’ deployed by many of the rising powers might more accurately be seen as rhetoric with which to negotiate a stronger bargaining position within the US-centred world order.”

te, dentro dos principais regimes internacionais, como indica a recente adesão da Rússia à OMC (a China já aderiu à OMC anos atrás, e o Brasil e a Índia são membros já tradicionais dessa organização). O mesmo tem ocorrido em relação à participação desses países no FMI e na ONU. (SEN- NES, 2013, p. 315-316)

Para além da questão econômica, as semiperiferias também buscam aderir ao sistema em ambientes multilaterais políticos. Schoeman (2012, p. 94) indica que durante o início da implementação das operações de paz ao redor do mundo, ainda na Guerra Fria, “[...] foi sendo criada uma divisão internacional do trabalho [...] que via as principais potências e as superpotências assumindo a responsabilidade de financiar estas operações, ao passo que as médias e menores potências ofereciam as tropas [...]”. Isto é, os maiores contribuintes financeiros das missões são representantes do centro, enquanto o *ranking* de contribuições militares é liderado por países da periferia e semiperiferia. Uma reprodução da divisão do trabalho observada na economia-mundo.

O Brasil, buscando maior participação no âmbito das operações de paz e seduzido pela sua aspiração de pleitear uma vaga permanente no Conselho de Segurança, foi de encontro a uma das mais tradicionais posições adotadas pela diplomacia do país: a de não participar de missões cujo mandato é baseado no capítulo VII da Carta das Nações, que fala sobre o uso da força em países que apresentam quadros de instabilidade política e insegurança. O Brasil não apenas participa como lidera a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no Haiti.⁷

Outro exemplo, que também vem do comportamento brasileiro em relação à ONU e à segurança internacional, é o fato de que o Brasil, que tem um pleito histórico por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, ansiando por finalmente decidir tal questão, renunciou ao direito do veto – que seria apenas para os membros permanentes que já estão no Conselho –, concordando que o debate sobre este privilégio para novos membros permanentes deveria ser retomado 15 anos após a escolha dos mesmos. O recuo em relação ao veto é mais um sinal de que o Brasil deseja inserção internacional, e não revolução das estruturas do sistema, além de ser mais uma forma que os países do centro encontraram de aparar as pontas das semiperiferias, refletindo seu caráter dominante nas relações de poder que existem dentro do Conselho de Segurança, das Nações Unidas e do sistema internacional.

⁷ A resolução que autorizou a Minustah define claramente que a operação agiria “sob o artigo VII das Cartas das Nações Unidas”. Mais em: Nações Unidas (2004).

Portanto, a ideia de que os países da semiperiferia buscam maior inserção, que pleiteiam papéis protagonistas na governança global e ficam deslumbrados com a possibilidade de promoção para o centro dentro do arcabouço hierárquico de um sistema que já existe, acaba sendo reforçada, e indica que tais representantes da semiperiferia acreditariam na solidez das estruturas da economia-mundo capitalista. O caráter das ações praticadas pelos países em situação intermediária, logo, é de fazer parte de um contexto central dentro de um sistema já construído, e não de formar uma frente revisionista.

Os discursos dos emergentes eram extremamente críticos das estruturas excludentes da economia-mundo capitalista, enquanto as práticas, na verdade, mostrariam um desejo por reconhecimento e representatividade, sempre jogando pelas regras que já existem nesse sistema. O perfil traçado para as semiperiferias atuais, por consequência, seria o de países que usam da retórica da solidariedade e do empoderamento do Sul para barganhar posições centrais dentro da arquitetura da economia-mundo capitalista moderna.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar a convergência entre os discursos e as práticas da política externa brasileira do governo Lula (2003-2010), mas também analisando casos do governo seguinte que se encaixam no discurso da política externa ativa e altiva, e relacionar o comportamento do país no sistema internacional com a sua posição de semiperiferia na economia-mundo moderna. Os debates acerca do papel dos emergentes na ordem contemporânea trazem para a superfície discussões sobre as diferentes estratégias de inserção adotadas pelos representantes da categoria semiperiférica, e até que ponto os seus discursos focados na solidariedade entre os membros do Sul foram congruentes com as ações colocadas em prática por suas diplomacias.

Primeiramente, o aspecto mais determinante desta análise tem origem no fato de que o desejo de protagonismo e maior participação da semiperiferia em espaços centrais é uma das características essenciais da categoria. Esse aspecto se relaciona diretamente com os princípios da política externa “ativa e altiva” adotada pelo Brasil a partir de 2003, especialmente pela posição da diplomacia do país de pregar uma maior autonomia e independência.

Um segundo aspecto importante, desdobra-se quando se entende que as estratégias de inserção internacional que são colocadas em prática pela semiperiferia têm como principal objetivo uma promoção para o polo central da economia-mundo moderna, já que estes países se encontram numa situação

transitória dentro do sistema, e buscando não apenas se manter em suas posições intermediárias e não serem marginalizados para a periferia, como também promover sua candidatura para um lugar ao lado das potências centrais.

O terceiro e último aspecto principal abordado por este estudo, diz respeito às ações executadas pelo Brasil, que é um dos maiores representantes da categoria semiperiférica, e o discurso promovido pela diplomacia do país entre 2003 e 2014, que teve como uma das suas bandeiras a construção de uma rede de solidariedade entre os países do Sul. A análise do exemplo do programa ProSavana ajuda a entender melhor o comportamento contraditório do Brasil, que nesse caso expôs a sua característica semiperiférica de agir como centro em relação à periferia. Já a participação brasileira na Minustah e sua atitude de ceder em relação ao direito do veto no pleito por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, são exemplos de como a semiperiferia pode também agir como periferia em relação ao centro.

Por fim, é preciso concluir que, por mais que o Brasil tenha mostrado que nem sempre há uma relação adequada e congruente entre o seu discurso e as ações colocadas em prática, esta análise colabora com indícios de que o país se comporta como uma semiperiferia clássica, e, conseqüentemente, mostra todas as contradições que acompanham a categoria intermediária da economia-mundo moderna.

Portanto, é possível concluir dois fatos importantes: o primeiro é que, quando o discurso do Brasil foi convergente com a retórica de independência e protagonismo internacional, o país atuava como uma clássica semiperiferia, ao pleitear espaços mais centrais dentro do sistema; o segundo é que mesmo quando o Brasil não mostrou convergência entre discurso e prática, ainda o fazia manifestando alguns dos aspectos semiperiféricos mais importantes: sua habilidade híbrida de ser centro e periferia simultaneamente, e sua intenção de promoção dentro do arcabouço hierárquico já existente no sistema-mundo contemporâneo.

Por fim, é necessário falar de um dos maiores desafios para a política externa atual: o de ampliar, nas suas esferas e nos ambientes de tomada de decisão, a presença da sociedade civil para que então suas posições tenham maior apoio e legitimidade. (MILANI; PINHEIRO, 2013) Ampliar a participação dos brasileiros e de organizações da sociedade civil na deliberação envolve incluir novas perspectivas e pontos de vista no processo, e conseqüentemente, dar espaço para que as contradições nas atitudes do país no plano internacional sejam expostas e, posteriormente, superadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. Uma política externa engajada: e diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 47, n. 1, p.162-184, jan./jun. 2004.
- AMORIM, Celso. Início de uma política externa ativa e ativa. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (Org.). Tubarão, SC: Copiart, 2014. p. 32-51.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone. *Review (Fernand Braudel Center)*, [Nova York], v.10, n.1, p. 9-74, 1986.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM)*. Brasília, DF, 22 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/integracao-sul-americana/focem-fundo-para-a-convergencia-estrutural-e-fortalecimento-institucional-do-mercosul>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: o que faz o BRICS?*. Brasília, DF, [2017?]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, 18 de outubro de 2010*. Brasília, DF, 18 out. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-celso-amorim-na-xxvi-sessao-plenaria-do-parlamento-do-mercosul-montevideu-18-de-outubro-de-2010>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *IBAS – fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul*. Brasília, DF, [201-?]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso em: julho de 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de política externa: posições do Brasil*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- CLASSEN, S. F. *Análise do discurso e dos antecedentes do programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão*. Tóquio, 20 jan. 2013.
- DUARTE, Rubens de Siqueira. Inovar ou seduzir: uma análise do discurso oficial brasileiro para a cooperação internacional. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 27-39, 2013.
- FRAUNDORFER, M. Fome zero para o mundo – a difusão global brasileira do programa fome zero. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 97-122, jul./dez. 2013.

FUNDACIÓN REAL INSTITUTO ELCANO (Espanha). Índice *elcano de presencia global* 2012. Madrid, [2012?]. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/a7d5ef0041dff6f0bfff2ffc7c0642f11/Informe_IEPG_2012.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 20 set. 2017.

GRAY, K.; MURPHY, C. N. Introduction: rising powers and the future of global governance. *Third World Quarterly*, Londres, v. 34, n. 2, p. 183-193, 2013.

KLEPPE, A. W. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: relatório* 2014. Brasília, DF: Food and Agriculture Organization of United States, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

LACERDA, J. M. de A. F.; NÓBREGA, M. O. A política externa brasileira e o paradigma institucionalista pragmático: o âmbito político-institucional dos BRICS. *Revista de Estudos Internacionais*, Campina Grande, PB, v. 6, n. 1, p.126-147, 2015.

LIMA, M. R. S. de. Avanços, impasses e desafios da integração. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (Org.). 2003-2013: uma nova política externa. Tubarão, SC: Copiart, 2014. p. 81-96.

MARIUTTI, E. B. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIEIRA, P. A. et al. (Org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 29-74.

MARIUTTI, E. B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 69, p. 89-103, 2004.

MILANI, C. R. S; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan./jun. 2013.

MORALES RUVALCABA, D. E. En las entrañas de los BRIC: análisis de la naturaleza semiperiférica de Brasil, Rusia, India y China. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 147-181, jul./dez. 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. *Resolution 1542*, [S.l.], 30 apr. 2004. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542%282004%29>. Acesso em: 20 set. 2017.

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS MOÇAMBICANAS. *Carta aberta para deter e refletir de forma urgente o programa ProSavana*. Maputo, 28 maio 2013. Disponível em: <<http://macua.blogs.com/files/carta-aberta-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-e-movimentos-sociais-para-deter-refletir-de-forma-urgente-o-programa-prosavanapdf.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PATRIOTA, A. de A. Próximos anos: cenários e desafios da política externa. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (Org.). 2003-2013: Uma nova política externa. Tubarão, SC: Copiart, 2014. p. 15-30.

PRECIADO, J. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 253-268, maio/ago. 2008.

SANTOS, T. dos. La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico. In: LÓPEZ SEGRERA, F. (Ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas: UNESCO, 1998. (Tomo I).

SARAIVA, M. G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p.45-52, jan./jun. 2010.

SCHOEMAN, M. As potências em ascensão e as operações de paz. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER (Brasil). *Potências emergentes e desafios globais*. Rio de Janeiro, 2012. p. 89-110. (Cadernos Adenauer, v. 2).

SENNES, R. Nem restauradores, nem reformadores: o engajamento internacional minimalista e seletivo dos BRICS. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 309-332. (Coleção Eventos).

SILVA, L. I. L. da; AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P. A política externa do Brasil. Brasília, DF: IPRI/FUNAG, 2003. (Coleção Países e Regiões).

TERLOUW, K. Semi-Peripheral Developments: From World-Systems to Regions. *Capitalism Nature Socialism*, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 71-90, 2003.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 23-35, jan./jun. 2012.

WALLERSTEIN, I. *Brasil e o sistema-Mundo: a era de Lula*. [Nova York], 2003. Disponível em <<http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/120gp.htm>>. Acesso em: 20 set. 2017.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 2011.